

Argentinos e cretenses

Gustavo H. B. Franco

A experiência argentina vem ocasionando em muitos de seus observadores um certo estado de excitação cujo resultado tem sido, em geral, o de maltratar a teoria econômica e principalmente a experiência histórica. Com efeito, um olhar ainda que superficial sobre a História ajudará bastante a entender os dilemas monetários e cambiais de Argentina, do Brasil e de outros países emergentes.

Mas não vamos enganar o leitor: quando o economista apela para “as lições da História” procede mais ou menos como o jurista que busca, em uma metade de sua biblioteca, elementos para provar uma tese. Com efeito, a História não é uma superfície plana, tampouco neutra. Verdades de uma época não servem necessariamente para outras, sendo esta, aliás, sua principal lição. Num sentido quase matemático, a História é um sistema auto-referenciado, e portanto sujeito ao famoso Paradoxo de Epimênides, segundo o qual, todos os cretenses são mentirosos, sendo ele próprio, o locutor, um cretense. É falsa ou verdadeira a afirmativa de Epimênides?

Na minha modesta opinião, o meio século que antecede a Primeira Guerra Mundial é especialmente relevante para a compreensão do mundo globalizado em que vivemos. É interessante observar que existem enormes semelhanças, e também alguns belos paradoxos, nas experiências monetárias e cambiais de diversos países ditos periféricos, ou emergentes, como Argentina, Brasil, África do Sul, Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Portugal, Espanha, Rússia, para ficar em alguns mais estudados.

Todos tiveram dificuldades com o chamado “padrão-ouro”, a saber um regime monetário-cambial semelhante ao que a Argentina vinha adotando até pouco tempo: taxas de câmbio fixa com plena conversibilidade, inclusive na conta de capitais. Os controles cambiais seriam inventados apenas décadas depois.

A experiência deste grupo é de crônicas dificuldades de adesão ao padrão-ouro, o que tradicionalmente se atribui à instabilidade da receita de exportações, geralmente agrícolas, e das entradas de capitais. Nos dias de hoje, caíram em desuso as teses malignas sobre os “termos de intercâmbio”, mas a importância da volatilidade da conta de capitais é muito maior.

Tipicamente, em períodos de fatura cambial, seja por que o café estava caro, ou por que o dinheiro externo estava barato, a taxa de câmbio apreciava e terminava por facilitar e determinar a fixação do câmbio. Na análise pioneira de Celso Furtado destaca-se o componente de economia política deste movimento: entrávamos no padrão ouro a fim de *interromper*

a *apreciação cambial* e o crescimento dos salários reais, dois fatores a estrangular a rentabilidade do setor agrário-exportador. Aqui, como na Argentina e na Austrália, e geralmente juntos.

Mas a fixação do câmbio não resolvia inteiramente o problema pois a continuidade da fartura produzia a acumulação de reservas, inflação e apreciação real. A abundância cambial, numa leitura australiana, ou canadense, da situação, gerava riqueza. Numa leitura brasileira, gerava a semente da crise. Numa perspectiva, a globalização era benigna, na outra um problema pois, em essência, todos os cretenses são mentirosos.

Diversos países emergentes daquela época se tornaram países desenvolvidos, outros não, e este destino pouco ou nada teve que ver com taxas de câmbio e com a insistência *generalizada* em buscar o padrão-ouro. Para Furtado, todavia, a obsessão com o padrão ouro se devia à “inibição mental para captar a realidade de um ponto de vista crítico-científico”, que enxergava como “óbvia” no “homem público brasileiro da época”. Escrevendo numa época onde o paradigma era o dos controles e da planificação, a experiência de se construir uma economia globalizada parecia fútil, pois todos os cretenses são mesmo mentirosos.

O fato é que a fartura sempre terminava de forma abrupta, e logo adiante, as pressões sobre o balanço de pagamentos forçavam o abandono do padrão-ouro e a desvalorização. Para Furtado, esta cumpria o papel de “socializar as perdas”, vale dizer, proteger a rentabilidade do setor agrário-exportador diretamente via câmbio e indiretamente via arrocho salarial. No Brasil, como na Austrália ou em qualquer parte, pois todos os cretenses são, basicamente, mentirosos.

A Argentina, nos dias de hoje, protagoniza o mesmíssimo drama. Aderiu ao “padrão-ouro” para terminar com a hiperinflação, e rapidamente ingressou num momento de fartura de capitais internacionais. Viveu alegremente a fase de auge do ciclo, tal qual se observou tantas vezes no passado. Mais adiante, em 1997, a bonança se inverte, mas a Argentina resiste em mexer no câmbio até mais do que na época em que o “padrão-ouro” era o paradigma das boas maneiras em relações internacionais. Como o inverno se revelou muito longo, e o vizinho e parceiro fez duas maxis, a Argentina acabou bandeando-se para a flutuação, e permitindo uma enorme desvalorização. Todos os cretenses são, inevitavelmente, mentirosos

A experiência histórica serve para demonstrar que, durante o período de fartura e auge, o “padrão-ouro” parece ser a melhor coisa a fazer, o que deixa de ser o caso quando a situação externa se inverte. No auge, eram populares as teorias exaltando as virtudes da estabilidade cambial. Quando as vacas emagreciam, outras teorias emergiam louvando as virtudes da flutuação cambial. Os consensos sobre regimes cambiais dependem muito do período que alguém escolhe para estudar. Todos os cretenses são, portanto e por tudo isso, grandes mentirosos.

